

De 2012 a março de 2019, desempenhou as funções de diretor do Gabinete de Análise e Gestão da Informação, do Instituto da Segurança Social, I. P., com a responsabilidade de coordenar a implementação dos projetos de informatização do Instituto, ao nível do Sistema de Informação da Segurança Social, infraestruturas tecnológicas, comunicações telefónicas da rede móvel e fixa e ao nível da Segurança da Informação, Qualidade de Dados e Suporte à Decisão.

312270425

Deliberação (extrato) n.º 585/2019

O Conselho Diretivo delibera, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e dos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, nomear, em regime de substituição, a seguinte trabalhadora do mapa de pessoal do ISS, I. P. que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação:

Dina Maria Guerra Moiteiro, assistente técnica, no cargo de Coordenador de Serviço Local de média dimensão, correspondendo ao concelho da Marinha Grande, do Centro Distrital de Leiria.

A presente Deliberação produz efeitos a 25 de março de 2019.

21 de março de 2019. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

Nota Curricular

Dina Maria Guerra Moiteiro é Assistente Técnica do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P. — Centro Distrital de Leiria, exercendo funções no Serviço Local de Atendimento da Marinha Grande desde 02 de janeiro de 2011.

Ingressou na Administração Pública, no Ministério do Emprego e da Segurança Social, afeta ao ex-Centro Regional de Segurança Social de Leiria em 01 de setembro de 1992. Iniciou a sua atividade como Monitora no Estabelecimento Integrado Centro Infantil da Marinha Grande.

A partir de 02 de janeiro de 2009, passou a desempenhar funções no Núcleo de Gestão do Atendimento, afeta à Equipa de Atendimento, no Serviço Informativo da sede do Centro Distrital de Leiria; desde 01 de janeiro de 2011, exerce funções no Serviço Local de Atendimento da Marinha Grande, efetuando atendimento geral, tesouraria e atendimento por marcação; efetua também atendimento especializado, nas áreas da Parentalidade, Prestações Familiares, Rendimento Social de Inserção, Subsídio de Doença, incluindo Doença Profissional, Complemento Solidário para Idosos, Desemprego, Proteção Jurídica e Pensões; é responsável pela abertura e fecho da caixa central e posto de atendimento, bem como pela emissão e validação das guias de depósito e respetivo depósito dos valores em instituição bancária; foi designada Tesoureira, responsável pela gestão do Fundo Fixo atribuído ao Serviço Local; desde junho de 2014, tem substituído a Coordenadora do Serviço Local de Atendimento, nas suas férias, faltas e impedimentos. Possui uma sólida experiência profissional na área do atendimento ao público, tendo participado em diversas ações de formação sobre a Segurança Social.

312270499

Deliberação (extrato) n.º 586/2019

O Conselho Diretivo delibera, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g), do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e dos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, nomear, em regime de substituição, a seguinte trabalhadora que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação:

Licenciada Marta Sofia Velez Caraças de Sousa Santos Garcia, técnica superior, no cargo de Diretora da Unidade de Contratação Pública, do Departamento de Administração e Património, dos Serviços Centrais.

A presente Deliberação produz efeitos a 1 de abril de 2019.

28 de março de 2019. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

Nota Curricular

Marta Sofia Velez Caraças de Sousa Santos Garcia, licenciada em Direito pela Universidade Moderna de Lisboa, é técnica superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social desde 2008.

Iniciou o seu percurso profissional na Administração Pública, em 2005, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, como téc-

nica superior na Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, onde exerceu funções gerais de apoio jurídico, das quais se destacam a elaboração, instrução e acompanhamento de procedimentos para aquisição de bens e serviços.

Em 2008 ingressou na Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, concretamente na Divisão de Organização e Recursos Humanos, onde desempenhou funções até 2011, no âmbito do modelo de Organização e Recursos Humanos definido para a Administração Pública; entre 2011 e 2012, exerceu funções na Direção de Serviços de Apoio à Gestão da Autoridade para as Condições do Trabalho, em regime de mobilidade, assegurando o apoio técnico à gestão, essencialmente na área de Recursos Humanos; nos anos de 2012 e 2016, desempenhou funções na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, onde procedia à centralização da contratação, ao nível ministerial, ao abrigo dos Acordos Quadros celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P., (ESPAP) e à monitorização dos consumos e supervisão da correta aplicação das condições negociadas; após ingressou, em regime de mobilidade, na Divisão de Contratação e Logística do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., desenvolvendo até 2017 procedimentos de contratação pública, no âmbito da atuação deste instituto, destacando-se a condução do processo de obtenção das autorizações prévias, a elaboração das peças do procedimento e a tramitação do mesmo na plataforma de contratação pública eletrónica; entre 2017 a 2019, exerceu funções no Núcleo de Apoio Jurídico, da Direção Jurídica e de Administração Geral da ESPAP, assegurando o apoio jurídico ao Conselho Diretivo e a todas as unidades orgânicas, nomeadamente na instrução e acompanhamento dos procedimentos de contratação pública.

312270611

Deliberação n.º 587/2019

Nos termos do disposto conjuntamente no n.º 1 do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), no n.º 3 do artigo 17.º, e no n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pela Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, na sua redação atual, o Conselho Diretivo delibera delegar nos diretores de segurança social dos Centros Distritais de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários para, no âmbito geográfico de atuação dos respetivos serviços, desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os pressupostos, os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo:

- 1) Proceder ao reconhecimento do direito à atribuição da prestação de complemento por dependência;
- 2) Autorizar as despesas relativas aos elementos auxiliares de diagnóstico e exames médicos necessários à avaliação da incapacidade.

A presente deliberação produz efeitos imediatos e, por força dela e do disposto no n.º 3 do artigo 164.º do CPA, ficam ratificados todos os atos praticados pelos mencionados dirigentes no âmbito da aplicação da presente delegação de competências.

4 de abril de 2019. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

312270839

SAÚDE

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Aviso n.º 8372/2019

Faz-se público, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 20.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, alterada pela Portaria n.º 356/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 274-A/2015, de 8 de setembro, que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP de 02-05-2019, foi homologada a lista de classificação final dos candidatos do seguinte júri, no âmbito do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor da carreira médica, aberto pelo Aviso n.º 1146-B/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 21 — 30 de janeiro.

Assim:

Júri n.º 8 de Medicina Geral e Familiar — ARS Centro

Albino Miguel Palhares Santos Pereira — *Aprovado*
Ana Carolina de Abreu e Sousa Cabete Gil — *Aprovado*

Ana Isabel Sotomaior Domingues Padrão Conde — *Aprovado*
 Ana Paula Lopes Pinheiro Carrilho — *Aprovado*
 Ana Rita Reis Santos Rodrigues — *Aprovado*
 Ana Sofia Santiago Morais — *Aprovado*
 Anabela Irene Pena — *Não Aprovado*
 António Luís Vidinha Pereira — *Aprovado*
 Carla Isabel Paiva Sérgio — *Aprovado*
 Carla Margarida Alves Lunet — *Aprovado*
 Carlos Filipe Chieira das Vinhas — *Aprovado*
 Catarina Isabel de Oliveira Murça Bettencourt — *Aprovado*
 Cristina Maria Dias Antunes Marques dos Santos — *Aprovado*
 Cristina Maria dos Santos Gaspar — *Aprovado*
 Delfina de Jesus Ferreira Apoliano Carvalho — *Não Compareceu*
 Dina Manuela Correia Tavares Martins — *Aprovado*
 Elisabete Maria Neto Pereira — *Aprovado*
 Gonçalo Filipe Lisboa Pimenta — *Não Compareceu*
 Ion Cojocar — *Aprovado*
 Jaqueline Soares dos Santos — *Aprovado*
 Joana Azenha Nunes do Vale — *Aprovado*
 João Miguel Catarino Ribeiro — *Aprovado*
 Lara Sofia Sutil Saraiva — *Aprovado*

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria supra-citada, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados, constantes desta lista reporta-se a 9-11-2018, data da publicação da primeira lista da presente especialidade médica, conforme o Aviso n.º 16178/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, 9 de novembro de 2018.

6-05-2019. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Pedro Alexandre*.
 312273228

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Aviso n.º 8373/2019

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários.

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, em resultado do reconhecimento da situação de exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes dos Serviços Centrais, que se encontrava formalizada através de vínculo jurídico inadequado, e na sequência do resultado obtido no procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente, da carreira especial farmacêutica, aberto no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP), foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com início a 01 de junho 2019, na categoria de assistente, da carreira especial farmacêutica, com a remuneração correspondente ao 1.º escalão e ao índice 23 da tabela remuneratória da carreira especial farmacêutica, no montante de 1613,42€, com a candidata Ana Maria Bragança de Almeida d'Eça Baptista.

17 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.
 312246936

Declaração de Retificação n.º 430/2019

Por ter saído com inexatidão, retifica-se o Aviso n.º 12651/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 3 de setembro de 2018, referente à consolidação da mobilidade na categoria da técnica superior Sofia Maria Feijão Mota.

Assim, onde se lê:

«[...] mantendo a posição remuneratória entre 4.ª e 5.ª e nível remuneratório entre 23 e o 24 da carreira e categoria de técnico superior»

deve ler-se:

«[...] mantendo a posição remuneratória 5.ª e nível remuneratório 27 da carreira e categoria de técnico superior»

24 de abril de 2019. — A Presidente do Conselho Diretivo da ARSC, I. P., *Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira*.
 312252362

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

Aviso n.º 8374/2019

Nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho do Conselho Diretivo, de 12 de março de 2019, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna do técnico superior, Ricardo Manuel Carvalho da Fonseca Monteiro, do mapa de pessoal da Câmara Municipal do Seixal, para o mapa de pessoal deste Instituto, com produção de efeitos à data do despacho.

11 de abril de 2019. — A Diretora de Gestão de Recursos Humanos, *Paula Caires da Luz*.

312270441

Despacho n.º 4884/2019

Nos termos do disposto nos artigos 4.º e 10.º da Lei Orgânica deste Instituto, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 27/2012, de 8 de fevereiro, integram a Comissão Paritária do Instituto Ricardo Jorge, por um período de três anos (2019-2021), os seguintes trabalhadores: Representantes designados pelo Conselho Diretivo Membros efetivos:

José António Rebelo Costa Grossinho, técnico superior de saúde — Sede

Susana Dias dos Santos, técnica superior de diagnóstico e terapêutica — Sede

Joaquim João Bárbara Chorão, assistente técnico — Sede

Luciana Maria Alves Brandão, técnica superior — CGF

Teresa Patrícia Alves Pinheiro, assistente operacional — CGF

Membro suplente:

Filipe Carlos Guerra Ferreira Salazar, técnico de informática — CGF

Representantes eleitos pelos trabalhadores

Membros efetivos

José Manuel Bértolo Furtado, técnico superior de diagnóstico e terapêutica — Sede

Carla Alexandra Fino Alberto da Motta, investigadora — Sede

Glória de Fátima Cardoso Silva Isidro, técnica superior de saúde — Sede

Joaquim José Aguiar, técnico de diagnóstico e terapêutica — CGF

Anabela Moreira Coelho Silva, assistente técnica — CGF

Membros suplentes

Maria Laurentina Pereira dos Santos, técnica superior — Sede

Ricardo Filipe Barreiro Mexia, médico — Sede

Lúcia de Jesus Vieira — Sede

António Magalhães Azevedo, técnico superior — CGF

Maria da Conceição Gonçalves Costa Bonito, técnica superior de diagnóstico e terapêutica — CGF

2 de abril de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P., *Fernando de Almeida*.

312270199

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Aviso n.º 8375/2019

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, nos termos do artigo 47.º da LTFP, durante o período experimental foi denunciado, pela trabalhadora Ana Cristina da Costa Vaz Pinto o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de técnico superior, no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, com efeitos a 30 de abril de 2019.

06/05/2019. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.

312275107